

## **LETRAS E A AVALIAÇÃO NACIONAL DA PÓS-GRADUAÇÃO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

## **LETTERS AND THE NATIONAL EVALUATION OF GRADUATE STUDIES: CHALLENGES AND PROSPECTS**

*Pedro Brum Santos*<sup>1</sup>

**RESUMO:** Como a Área de Letras e Linguística, que alcança atualmente a marca de aproximadamente 140 Programas, espalhados por todas as regiões brasileiras, tem respondido aos desafios da Avaliação Nacional de Cursos? O objetivo da presente proposta é refletir sobre esta indagação, tomando como base Documentos de Área e Relatórios de Atividades registrados ao longo do tempo, de modo a prospectar sobre necessidades e perspectivas diante de mudanças estruturais e operacionais que o sistema tem experimentado.  
**PALAVRAS-CHAVE:** Letras. Avaliação. Pós-Graduação.

**ABSTRACT:** The objective of this proposal is to reflect on the National Evaluation of Graduate Studies, based on Field Documents and Activity Reports recorded over time, in order to prospect about perspectives and needs that the system has experienced in the Brazilian reality.

**KEYWORDS:** Letters. Evaluation. Graduate Studies.

---

<sup>1</sup> Professor titular da Universidade Federal de Santa Maria. E-mail: pedrobrum@uol.com.br.

## LETRAS E A AVALIAÇÃO NACIONAL DA PÓS-GRADUAÇÃO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Pierre Bourdieu (1992) nos ensina que o sistema de produção e circulação de bens simbólicos define-se pelas relações objetivas de funções alocadas na órbita desses bens. Logo, há uma lógica de funcionamento que ao mesmo tempo reflete e orienta o circuito e que, como tal, serve para validar o campo em qualquer uma das duas lógicas que lhe emprestam definição: a do erudito e a do popular.

A questão principal que surge, quando aproximamos o Sistema Nacional de Avaliação da Pós-Graduação dessas reflexões que dizem respeito à produção erudita de cultura, entendida aqui na sua feição de conhecimento, diz respeito ao embate que coloca, de um lado, as chamadas ciências duras e, de outro, o que já é pejorativo na própria determinação, as ciências moles. Estamos frente a uma tradição que, em verdade, vem do século XIX, período em que se separou um ramo mecanicista e determinista (o que se atribui às ciências duras), cujo objeto era distinguir a totalidade da natureza, de outro ramo, formado pelas disciplinas humanísticas (ciências moles), que abarcariam o lado romântico, idealista e sublime do ser humano e aquelas criações estabelecidas à diferença do natural ou da natureza, como civilização, história, direito, arte, poesia, linguagem e política.

A ordenação “mecanicismo”, associada à definição das ciências duras, na tradição de Descartes (ele próprio, físico e matemático de origem) define-se como a teoria segundo a qual a Natureza é um fenômeno cuja estrutura e funcionamento é comparável ao de uma máquina. Apesar da tradição de estudos metafísicos sobre o tema, é certo que, em Descartes, funda-se a prática de relegar o metafísico e o espiritual da Natureza em favor de uma crença materialista e objetiva de seus fenômenos.

Já o idealismo, como termo chave das ciências moles, decorre de uma tradição que, modernamente, deve muito de sua formulação à tradição hegeliana, cujos fundamentos radicam em defender a idéia como princípio do ser e do conhecer, antes de qualquer consideração prática. Em síntese, há no idealismo a preeminência da consciência sobre a matéria e o sentido de que o mundo material que pretendemos conhecer é apenas uma criação do mundo ideal, de modo que o espiritual se sobrepõe ao material.

Com base nesses princípios, diversamente das ciências duras, como as matemáticas e a física, que alcançam um sofisticado grau no manejo de fórmulas algébricas em suas teorias,

nas ciências moles a prática se baseia na comparação que leva, necessariamente, em conta, a permanente atualização do saber acumulado na linha do tempo.

Tratamos, neste trabalho, de compreender alguns desdobramentos do Sistema de Avaliação da Pós-graduação no Brasil a partir da inserção de Letras e Linguística, uma das áreas do conhecimento pertencente às ditas ciências moles, destacada por estar, atualmente, entre as mais numerosas, seja pelo total de programas, seja pelo quantitativo de profissionais. O instituto de avaliação sistemática, vale lembrar, foi implantado pela CAPES em 1976 e, desde então, cumpre papel relevante para o desenvolvimento da pós-graduação e, como grifam os próprios documentos da agência, “da pesquisa científica e tecnológica no Brasil”. Abrange dois processos conduzidos por comissões de consultores vinculados a instituições de ensino de diferentes regiões do país: a Avaliação das Propostas de Cursos Novos e a Avaliação dos Programas de Pós-graduação.

Nosso escopo é a Avaliação dos Programas de Pós-graduação, que compreende, atualmente, os processos de Acompanhamento Anual e de Avaliação seriada do desempenho dos programas e cursos que integram o Sistema Nacional de Pós-graduação, SNPG. Os resultados da avaliação de cada programa são apresentados na "Ficha de Avaliação" definida pelo CTC (Conselho Técnico Científico), de que constam, no que se refere aos vários quesitos e itens avaliados, os atributos a ele consignados, com os respectivos comentários e justificativas da Comissão Avaliadora, e, ao final, o conceito correspondente ao seu desempenho no triênio, em uma escala crescente que vai de 1 a 7.

Nesses praticamente quarenta anos de existência do sistema, para efeito de compreensão geral de percurso, mesmo correndo o risco de reduzir demasiadamente o intercurso histórico experimentado, cabe afirmar que a área de Letras e Linguística demarcou três estágios bem definidos, embora, não necessariamente, estanques. Num primeiro momento, junto com a organização institucional do grupo, houve uma expressa preocupação com um perfil de área, bem como, a busca de caminhos para uma qualificação que procurasse fugir da homogeneidade. Na fase seguinte, ressalta-se a necessidade de equilíbrio em torno do binômio especificidade/generalidade. Por fim, podemos apontar um terceiro momento assinalado pela rápida expansão da área e por uma manifesta preocupação em combater o que assinalamos como assimetrias.

## 1

Até meados dos anos 90, portanto, por quase duas décadas contadas desde a implantação do sistema, a área tratou de se organizar para, por assim dizer, fazer frente à avaliação que, neste período, lançou sua estrutura básica e inaugurou o conjunto de práticas que deu feição definitiva ao modelo. Desse período, destaque para a criação da ANPOLL – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística, fato ocorrido em 1984. Paulino Vandresen, professor da UFSC e seu primeiro presidente, lembra que, mesmo em relação às humanidades e ciências sociais, a ANPOLL foi das últimas associações criadas. A ANPEC, da área de Ciências Econômicas, já existia desde 1972, tendo surgido paralelamente aos seus primeiros programas de pós-graduação. A área de Ciências Sociais já apresentava resultados visíveis de crescimento com a atuação da ANPOCS. Isso significa que a área de Letras e Linguística demorou para ter um vivo sentido de corpo, de modo a alcançar o respaldo de um modelo associativo congênere aos demais ramos do conhecimento que, enfim, afirmava-lhe, não apenas uma denominação adequada, mas um organograma de áreas de atuação e linhas de pesquisa.

O diagnóstico sobre a situação da área, na época, não era dos mais animadores. De acordo com o documento “Avaliação e Perspectivas” publicado pelo CNPq, em 1982,

os mais sérios obstáculos encontrados no caminho do desenvolvimento da área de linguística no Brasil estão centrados na dificuldade de acesso à informação (falta de boas bibliotecas, má circulação de artigos, pouca comunicação entre pesquisadores) (AVALIAÇÃO..., 1982, p.392).

Os dados estatísticos mostravam que havia insuficiência de doutores (média inferior a 4 por curso/área de concentração), baixa produção científica do corpo docente (0,7 trabalhos por docente), média superior a quatro anos para a conclusão do mestrado e mais de sete para o doutorado, entre outros aspectos desabonadores. Naturalmente, a baixa produtividade e a demora na titulação estavam relacionadas com a escassez de bolsas, falta de boas bibliotecas, má circulação de artigos e pouca comunicação entre os pesquisadores. Formava-se, assim, um círculo vicioso de difícil solução. Não havia comitê independente de Letras e Linguística. O atendimento era feito pela área de Artes, contando com apenas um representante para analisar os projetos e distribuir os escassos recursos.

Durante toda a etapa inicial de desenvolvimento do sistema, o que conta até meados dos 90, a cada cinco anos, os cursos de pós-graduação faziam ou renovavam o credenciamento junto ao Conselho Federal de Educação (CFE), a quem competia autorizar a continuidade do funcionamento ou não dos cursos oferecidos pelas IES. Já, para o processo bienal de avaliação, em vigor desde a década anterior, isto é, desde os anos 80, os dados fornecidos pelos cursos eram analisados de acordo com critérios gerais adaptados pelas comissões de área. Conforme Regina Zilberman, presidente da área de Letras e Linguística no período entre 1991 e 1995, “os padrões já [eram] bem conhecidos, porque conservados há alguns anos” (ZILBERMAN, 1993, p.2). Reunidas na segunda metade dos anos 80 e, posteriormente, no início dos 90 – incluindo interregno inicial em que a presidência coube a Ataliba Teixeira de Castilhos, as comissões levaram em conta os tópicos principais do relatório. Regina Zilberman, em artigo de 1993, esclarecia os principais pontos considerados na época:

- qualificação e regime de trabalho do corpo docente;
- caracterização da estrutura curricular (verificando as disciplinas fornecidas, sua natureza – introdutórias, avançadas, seminários – e adequação às áreas de concentração);
- definição das atividades de pesquisa (verificando se as linhas de pesquisa são operantes, a relação entre as linhas e os projetos de pesquisa, a relação entre linhas, projetos, áreas de concentração, a atuação dos professores nas linhas e projetos de pesquisa);
- qualidade e intensidade da produção docente e discente (destacando-se as publicações);
- produtividade do curso (verificando as dissertações e teses defendidas e o tempo de permanência dos alunos no programa). (Idem, p. 2)

Mesmo que não haja documentos anteriores, uma vez que a CAPES não preservou a memória do período anterior a 1995, depreende-se desse testemunho a preocupação original da área em adequar-se aos indicadores estabelecidos pelo sistema. Os conceitos (à época havia uma escala que, de forma crescente ia do E ao A) eram definidos a partir da análise dos dados e a principal preocupação expressa nos documentos da época dizia respeito a uma qualificação que encaminhava para uma indesejada semelhança entre os cursos:

O achatamento se reproduz em vários planos e como todos os cursos querem chegar no mesmo lugar do pódio, eles tendem a se igualar: carregam denominações idênticas (quase todos se chamam “cursos de pós-graduação em Letras”); dividem-se em áreas de concentração similares (Linguística, Literatura Brasileira, Teoria da Literatura, Literatura Comparada, alguma ou várias Línguas Estrangeiras). (Idem, p. 2)

Na mesma linha, depois de enfatizar a importância e a necessidade da avaliação por ter criado parâmetros de alcance nacional, garantidores de requisitos básicos para o sistema de pós-graduação, Zilberman insiste na distorção do nivelamento e na necessidade de suplantá-lo. Ressalta que apesar do empenho das comissões para captarem a individualidade dos cursos e os valorizarem em função disso, o conjunto parecia condenado à mesmice. Para tanto, concorria uma questão de princípio: os parâmetros estabelecidos pela CAPES, atrelados ao financiamento, deixavam pouca margem para especificidades e características localizadas. De acordo com suas palavras da época,

não é por causa das diferenças ou de suas peculiaridades que os programas recebem subsídios, mas sim por se aproximarem do padrão comum qualificado como melhor. Por consequência, dispensam a busca da originalidade e interessam-se pela avaliação naquilo que ela pode trazer de benefício, vale dizer, as vantagens (bolsas, verbas, etc.) que garantem a continuidade do curso. (Idem, p. 3)

As reflexões de Regina Zilberman encontram respaldo nos resultados da avaliação do biênio 1992-1994 que apontam, justamente, distribuição desigual de cursos. Textualmente, a afirmação era de que Língua Portuguesa e Letras Clássicas, tomadas como básicas e classificadas como carentes pela baixa oferta e pela concentração absoluta no Sudeste, ilustravam a situação de diferenças – em relação à média crescente de estudos linguísticos e literários – necessárias para o equilíbrio do sistema. Esse era o quadro no momento em que a área estava próxima de fechar sua primeira década de participação no Sistema Nacional de Avaliação da Pós-Graduação. Neste período, como se pode perceber, além de passar a figurar entre as áreas básicas do conhecimento, ganhando, com isso, uma Comissão de Avaliação autônoma, Letras e Linguística, sobretudo após a afirmação da ANPOLL, refinou a discussão sobre critérios para o acompanhamento e avaliação de cursos. A esse período inicial é que classificamos como o momento da afirmação da área com sua manifesta preocupação em definir e qualificar seu perfil.

## 2

A partir de meados dos anos 90, começa uma segunda fase assinalada pela crescente e rápida informatização das várias etapas do processo avaliativo. A propósito, quando começou, na década de 1980, o preenchimento dos relatórios era feito manualmente pelas coordenações de cursos. Foi nos anos 90 que a informatização permitiu maior agilidade no preenchimento do relatório, conhecido então como EXECAPES, a seguir DATACAPES, quando a base operacional migrou do sistema DOS para o WINDOWS.

Com o uso da informática e com a possibilidade de gerar dados consolidados para as Comissões de Avaliação, a CAPES operou alterações importantes no sistema. Uma delas foi a troca de conceitos por uma escala numérica (de modo crescente, de 1 a 5, que passou a valer para o conjunto dos cursos, mais as classificações 6 e 7, destinadas aos considerados de excelência). Também vem deste período a precisão de nomenclatura que a agência introduz.

Curso passa a especificar a oferta em uma área de concentração e programa identifica o conjunto de áreas e linhas abrigadas sob uma mesma proposta geral.

A partir da metade dos anos 90, alargou-se o âmbito das informações prestadas, oportunizando-se a cada PPG discorrer sobre a "Proposta do Programa". Trata-se aqui de um espaço não delimitado e não quantificável empregado para o esclarecimento dos fundamentos, princípios e objetivos que movem o funcionamento e a trajetória dos cursos de mestrado e/ou doutorado. Também preocupada com o conjunto de atuação dos docentes, a CAPES criou o "Núcleo de Referência Docente", ou NRD, uma escala classificatória para o quadro de professores de um programa. O tipo modelar passou a ser o NRD6, definido não mais pela titulação, e sim pela dedicação às atividades do PPG.

José Luis Fiorin inaugura esta que é a fase dos representantes de área (e não mais presidentes como se chamava antes). Seu nome, em verdade, distingue-se na definição de um período que, ao menos por dois biênios, manifestará clara preocupação com o lugar de Letras e Linguística no conserto das áreas do conhecimento. Em 2000, ao final de sua gestão, o representante observava que, se os domínios do conhecimento são vários, diversificada precisará ser a forma de aferir a excelência da produção intelectual:

Assim, considerar que o único critério de fazer essa aferição é a publicação em revistas internacionais indexadas é desconhecer a natureza do conhecimento produzido. Há áreas, em que, embora os *papers* tenham relevância, o que de mais significativo se produz é veiculado por meio de livros. Por isso, livros e capítulos de livros têm relevo igual ou maior do que artigos publicados em periódicos especializados (FIORIN, 1998, p.35).

Em diversas ocasiões, Fiorin reiterou que um dos problemas cruciais na avaliação dos programas de pós-graduação é a questão da compatibilidade dos conceitos atribuídos pelas diferentes áreas. Com base neste princípio, enfrentou várias discussões no CTC da CAPES, deixando clara a demarcação de espaço entre os representantes das áreas de Ciências Biológicas e Exatas, por um lado, e os de Ciências Humanas, por outro lado.

Fiorin costumava repetir, nessas ocasiões, que uma das acusações correntes era de que ciências humanas não explicitava critérios de qualidade de sua produção científica, enquanto as demais áreas tinham indicadores muito precisos para isso. Seus esforços, em certa medida, foram pela precisão desses critérios. Reconhecia que esses medidores eram postos em discussão nos países mais desenvolvidos, mas ponderava ser fato que a área de Letras e Linguística não havia conseguido chegar a um consenso sobre indicadores de qualidade da produção científica. Diz uma de suas avaliações da época:

Como os campos do conhecimento são diversos, diferentes são os veículos de divulgação e os tipos de produção mais valorizados em cada um deles. Isso significa que não se pode aplicar os mesmos critérios a todas as áreas. Isso não exige, no entanto, cada domínio do saber de ter critérios para aferir a qualidade da produção. (FIORIN, 2005).

Na mesma linha de afirmar especificidades da área, a gestão de Antonio Dimas, na primeira metade dos anos 2000, preocupou-se com os critérios para eleições dos cursos 6 e 7, desenvolvendo, por duas avaliações, um aprimoramento importante desse qualificativo. Nessa linha, um dos diagnósticos do período indicava aumento de intercâmbios interinstitucionais com resultados favoráveis na pesquisa e na formação de docentes. Relativamente à produção, apontava-se para a importância de generalizar a prática de publicação em periódicos com corpo editorial e, se possível, em órgãos externos à própria instituição. O patamar de

consolidação da área, ainda de acordo com as conclusões de meados dos anos 2000, ressaltava a importância de se valorizar os processos – e não somente os produtos – de modo a tornar a avaliação mais qualitativa. Com base nesse princípio, a Comissão de Avaliação do triênio 2001-2003 alterou alguns critérios relativos à produção intelectual dos docentes, enfatizando a qualidade dos veículos de divulgação e, no caso dos programas top, a consideração de produção bibliográfica de âmbito internacional; participação em congressos internacionais e produção de discentes-autores vinculada às teses e às dissertações. Desse modo, segundo o Documento de Área publicado ao final em 2003, concluía-se que

Programas com notas 6 e 7 devem ter representatividade na Área - impacto nacional, projeção internacional e contribuição para a formação de quadros docentes das IES do País. Além disso, o Programa deve ter intercâmbio com outros centros de excelência do país e do exterior, com ênfase em acordos inter-institucionais por meio de projetos de pesquisa e/ou atividades conjuntas. (DOCUMENTO DE ÁREA 2003).

A mesma preocupação com refinamento da avaliação de programas de excelência é ressaltada no documento seguinte, divulgado no final de 2004, e aplicado na avaliação do biênio 2004-2006 já sob a gestão de Luiz Antônio Marcuschi e Benjamin Abdala Junior na representação de área. A principal novidade apresentada pelo sistema na época foi a incorporação do Qualis Periódicos. Até 2006, os periódicos eram classificados quanto ao âmbito de circulação (local, nacional e internacional) e quanto à qualidade (podendo ser atribuídos os conceitos A, B ou C). Porém, devido à diversidade de classificação dada a um mesmo periódico nas diferentes áreas, a CAPES, em 2007, estabeleceu mudanças nos critérios de avaliação com a adoção de sete estratos classificatórios, identificados por letras e números numa escala que vai do A1 (para o mais valorizado) ao B5.

Isso significou um desafio que a área procurou responder de acordo com suas especificidades. O Qualis Periódicos, de qualquer sorte, facultou o ranqueamento da produção de artigos em periódicos publicados no Brasil e no exterior. A respeito do tema, o Documento da Área de Letras de 2007 salienta que “a área não tem tradição de indexação e, conseqüentemente, não se vale de índices de impacto para qualificar seus periódicos”. Por força disso, esclarece sobre a formação de comitês sêniores, tendo em conta definir a qualidade das publicações a partir de aspectos como conselho editorial, linha editorial, normas de submissão, periodicidade, avaliação por pares, afiliação institucional de autores, dentre outros.

Além do impacto do Qualis Periódicos, a avaliação da época salientava, mais uma vez, o valor da internacionalização para os programas 6 e 7, referindo, textualmente, a importância de “desempenho em níveis compatíveis com padrões internacionais no que diz respeito à produção científica, cultural, artística ou tecnológica” (DOCUMENTO DE ÁREA 2006). De modo semelhante, ressaltava-se, em 2007, o caráter contínuo da avaliação, observando, aos Programas, que as recomendações feitas pela Comissão nos períodos de acompanhamento anual constituíam ponto fundamental a ser observado para a trienal.

Na segunda metade da década de 2000, já no segundo mandato de Benjamin Abdala Junior como representante de área, esse debate preocupado com especificidades ganha novos ingredientes. Aos poucos, as questões derivam para a dimensão numérica do total de programas e, fruto disso, ocorre o alargamento de um tema já antigo no meio, que é o das assimetrias entre áreas de concentração ou ramos do conhecimento. Chegamos, então, ao que apontamos como terceiro estágio demarcado pela área no histórico de sua participação no Sistema Nacional de Pós-graduação.

No que diz respeito à dimensão, de fato, a área experimentou crescimento acelerado. De 68 programas na virada do século, passou para 120, praticamente o dobro, no curso de uma década. Com base nessa ascensão numérica acelerada, documentos do período salientam a necessidade “não de se de estancar este crescimento, mas de preservar a qualidade dos Programas que estão sendo implantados”. A preocupação com esse dado vai aparecer no documento de 2009, onde se lê que “ao crescimento quantitativo de Letras e Linguística impõem-se recortes científicos mais definidos, qualitativamente mais significativos em termos de pesquisa inovadora” (DOCUMENTO DE ÁREA, 2009).

Incorpora-se nesse período outro aspecto importante relativamente à produção intelectual. Trata-se da discussão sobre o Qualis Livros. Nesse sentido, o Documento de 2010 apensa uma definição de livro e descreve seus critérios de avaliação, envolvendo questões formais e de conteúdo (esta última calcada em relevância temática, caráter inovador e potencial de impacto). Para se ter uma ideia da complexidade da tarefa, na oportunidade, do conjunto de 1500 livros apontados no Coleta/Produção Bibliográfica, foram qualificadas 802 obras, divididas nas categorias textos integrais, capítulos, organização de coletâneas, traduções. Com a aferição de livros, foi possível alcançar um resultado mais efetivo da produção de docentes permanentes, quesito que, ao mesmo tempo, alcançava peso significativo na avaliação global dos programas. Já em 2007, preocupado com esta questão, em correspondência dirigida aos Programas, assim se manifestava o representante de área, Benjamin Abdala Junior:

O CTC é quem deverá abalizar nossas classificações, razão por que é importante que tenhamos critérios assemelhados, para aprovação em bloco. E critérios sólidos de qualificação para que possamos valorizá-los em comparação com a “moeda de troca” do conjunto das áreas de pós-graduação da CAPES, que são os periódicos internacionais de nível A. (ABDALA Jr., *apud* JOBIM, 2010, p.329)

O final dos anos 2000 foi assinalado por várias reuniões do conjunto das áreas de Humanidades para a discussão de critérios comuns, tendo em vista sua viabilização nas reuniões do CTC. Em especial, relativamente ao Qualis Livros, a preocupação foi defender seu caráter imprescindível para a comparação entre os programas. A posição conjunta de humanidades tinha em vista reforçar o embate com outras áreas do conhecimento (sobretudo as ciências "duras"), detentoras da convicção de que o livro constitui uma produção menor, bem inferior ao de um artigo em periódico internacional qualificado.

No período 2007-2009, chegou-se, então, a um Roteiro de Classificação de Livros, cujo objetivo era estabelecer equivalências entre livro e periódico. Em 2010, falando no fórum da ANPOLL a respeito do assunto, assim se manifestava o professor José Luis Jobim, integrante ativo de comissões de área que tratavam do assunto:

Se o sistema de avaliação de livros não foi implementado há cerca de um ano e meio, certamente não há como dissociar isto das mudanças na Diretoria de Avaliação da CAPES, cuja nova direção não aceitou o projeto anterior, e as equivalências defendidas por Letras e Linguística. (JOBIM, 2010, p.332).

O capítulo das assimetrias ocupou o final da gestão de Benjamin Abdala Junior também por outro ponto: a possibilidade de separação entre Letras e Linguística, de modo a criar nova área de representação junto à CAPES. Com o fomento de um debate amplo, o



assunto esteve em pauta, ao menos, durante um biênio, envolvendo coordenadores e representantes institucionais. Favoravelmente à iniciativa puxada pela representação de área, apontava-se que, já em 2007, era franco o crescimento dos programas separados. À época, programas mais antigos, maiores e bem avaliados (com nota 5), movimentaram-se em direção à separação.

José Luis Jobim, traduzindo a proposta da representação de área, resumia a questão do seguinte modo, em 2010:

O movimento para “separação” das coordenações de área parece indicar que, assim como em nível de programas se chegou academicamente ao formato “separado” a partir de uma necessidade de melhor gerenciamento e de direcionamento mais específico na pesquisa e formação científica, o mesmo se imagina que ocorrerá na “separação” das coordenações de área. Assim como os programas “separados” têm conseguido os melhores resultados em termos de avaliação, possivelmente por terem um foco mais definido para o trabalho a ser desenvolvido neles, pode-se supor que a separação das coordenações de área permitirá que cada uma das novas coordenações tenha melhores condições de dedicar-se às suas respectivas tarefas com mais foco e com um número menor de programas a dividir sua atenção. (JOBIM, 2010, p.332)

A avaliação de 2010, que assinalou o final da gestão de Benjamin Abdala Junior como representante de área, também foi assinalada pela medida de afirmar a área em acordo com a média de notas praticadas pelas demais áreas do conhecimento, de modo particular no que diz respeito aos programas 6 e 7. Foi assim que, levando em conta os critérios de amadurecimento, nível de produção e aprofundamento da nucleação, a Comissão do período selecionou 8 programas para o nível 6 e quatro programas para o nível 7 (na trienal anterior, o resultado final contava 3 programas “6” e 2 programas “7”).

A questão das assimetrias e a busca de formas para combatê-las também preocupa a nova representação de área, a partir de 2011 (doravante denominada coordenação de área). O que se modifica, porém, são os rumos e fatores priorizados. A começar pela proposta de separação entre Letras e Linguística, que é deixada de lado. No encontro da ANPOLL realizado na UFF, em Niterói, em julho de 2011, falando aos participantes, o novo coordenador esclarecia não haver indicativo dessa separação, que se mostrava contrária à vontade expressa da CAPES. Na mesma oportunidade, Dermeval da Hora ressaltava os principais pontos de sua agenda, resumindo-os em 7 prioridades no tocante aos programas:

1. Diminuir as assimetrias regionais;
2. Monitorar os Programas com dificuldades, realizando visitas estratégicas;
3. Fortalecer os mestrados, principalmente nas regiões mais carentes;
4. Incentivar a criação do Fórum de Coordenadores, em nível regional, como política de consolidação;
5. Incentivar o planejamento dos Programas como parte essencial da avaliação;
6. Estimular uma maior Internacionalização entre os 6 e 7;
7. Refletir sobre a formação dos professores/pesquisadores titulados pelo sistema.

A questão das assimetrias regionais, de fato, acha-se espelhada no Documento de 2013, ao comentar os resultados da trienal 2010-2012. Afirma o referido Documento que, considerando as notas, “constata-se a forte concentração de programas nota 3, principalmente pelo fato de muitos deles já estarem por duas avaliações com esta nota”. Com vistas a modificar esse quadro, de acordo com o coordenador Dermeval da Hora, “foram feitas reuniões específicas com todos os coordenadores e visitas às instituições”. (DOCUMENTO DE ÁREA 2013). Em outro ponto, resalta que o quadro começa a mudar porque “tem havido

incentivo da área para que outros programas que contam apenas com o nível de mestrado possam formalizar propostas de doutorado, principalmente os que alcançaram nota 4” (DOCUMENTO DE ÁREA 2013).

O fato, por assim dizer, novo, contemplado pelo Documento desta última trienal é a preocupação com a educação básica. Registra-se a necessidade objetiva de propor “a indução de mudanças nas linhas de pesquisa e nas disciplinas ofertadas na pós-graduação para que, de alguma forma, atendam à pesquisa na formação básica” (DOCUMENTO DE ÁREA DE 2013). O documento considera primordial que, a exemplo da criação do PROFLETRAS, a área se articule em outras ações, não situadas apenas nos limites dos Programas de Pós-Graduação, de modo a contribuir para a reflexão nacional acerca de políticas de ensino de línguas e formação de professores.

No 28º ENANPOLL, realizado também em 2013, Dermeval da Hora reforçou os três principais desafios para o período 2013-2015 nos seguintes termos: a internacionalização, a interdisciplinaridade e a Educação Básica. Na mesma oportunidade, salientou a importância dos fóruns regionais para discussão de um perfil que leve em conta a realidade de áreas de concentração e linhas de pesquisa efetivamente praticadas pelos programas:

o que se conclui é que, enquanto os programas voltados para os estudos literários apresentam uma menor diversidade de tendências em suas áreas de concentração e linhas, tendo como consequência, por sua vez, uma matriz curricular mais enxuta, os programas que têm como foco os estudos linguísticos apresentam uma maior dispersão das áreas, linhas e, conseqüentemente, das disciplinas (HORA, <http://anpoll.org.br/anpoll30anos/files/basic-html/page28.html>). Data de acesso: 29/05/2015.

Essas últimas questões, naturalmente, estão em processo e se aqui as trazemos é tão somente como ilustração do objetivo principal dessa retomada histórica que propusemos que é a de salientar os principais posicionamentos que a área tem apresentado diante dos desafios impostos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Pós-graduação.

#### 4

Na CAPES, é um truísmo a afirmação, muito reiterada pelas diretorias que se sucedem, de que o processo é completamente controlado pelos pares que, por assim dizer, fixam as normas e as regulam. Nós sabemos que não é bem assim, ao menos no que nos diz respeito enquanto área do conhecimento. Primeiro porque há, sim, políticas gerais, demandadas pelo próprio MEC, diante das quais, uma recusa pode ter consequências desabonadoras para o desenvolvimento da área. O PROFLETRAS e a interface com a educação básica são apenas os episódios mais recentes dessas intercorrências. Depois, porque os critérios historicamente tem se fixado à reboque do que é produção científica para as ciências duras.

Nesse aspecto, vale lembrar, mais uma vez, como trabalham os grandes campos do conhecimento. De acordo com Bernard Charlot, (2006) as ciências duras, tais como a Física, a Química e a Biologia, avançam prioritariamente a partir de seus pontos de chegada, ou seja, ao construírem determinados objetos, esses são questionados e descritos para saber de sua constituição interna. Já as ciências humanas e da sociedade, que aqui, por oposição, denominamos ciências moles, não constroem seus objetos da mesma maneira, portanto, não avançam seguindo prioritariamente esse modelo; elas avançam a partir dos seus pontos de partida, de seus próprios objetos ou problemas de pesquisa.

Logo, para nossa área, eventuais avanços se dão quando se propõe outra forma de começar ou de construir nossos objetos de pesquisa. Daí, por exemplo, a particular valorização que emprestamos aos livros como veículos do conhecimento, visto que são neles que a exposição do problema pode se dar de modo inteiro e sustentado.

Voltamos aqui àquelas questões bastante reiteradas nesta sùmula histórica a respeito de instrumentos de avaliação: a ponderação entre o que é geral e aquilo que é da ordem do específico ou do desvio, entendendo que esse geral, na verdade, possui um lugar de origem bastante marcado. A noção de campo, porém, depende de uma homogeneização das diferenças. Esta é, alias, a lição de Pierre Bourdieu, quando afirma que todo o campo elide as “construções sociais concorrentes”, para se mostrar ao modo de “representações com tudo o que a palavra implica de exibição teatral destinada a fazer ver e a fazer valer uma maneira de ver” (BOURDIEU, 2004, p. 33). Valham-nos, então, as palavras definidoras do sociólogo, segundo as quais,

o campo é tanto um “campo de forças”, uma estrutura que constringe os agentes nele envolvidos, quanto um “campo de lutas”, em que os agentes atuam conforme suas posições relativas no campo de forças, conservando ou transformando a sua estrutura (BOURDIEU, 1996, p.50).

Os campos, pois, não são estruturas fixas, e sim, produtos da história e um papel importante que nos cabe nesse processo é, justamente, de acordo com a natureza do que fazemos, mantermos um protagonismo em relação à doxa, isto é, no que diz respeito à formulação das opiniões consensuadas e consensuais, pois delas, em última instância, depende a própria formulação do campo para se apresentar, como se impõe, ao modo de um sistema nacional crível e acreditado.

## REFERÊNCIAS

ANPOLL. *XXVIII Encontro Nacional da ANPOLL*. Julho de 2013. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística; Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

\_\_\_\_\_. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Ed. da UNESP, 2004.

\_\_\_\_\_. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. São Paulo: Papyrus, 1996.

CAPES. *Documentos da Área de Letras e Linguística*, 2003, 2004, 2006, 2007, 2009, 2013.

CHARLOT, Bernard. A pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas: especificidades e desafios de uma área de saber. *Revista Brasileira de Educação*, Belo Horizonte, v. 11, p. 7-18, 2006.

CNPq. *Avaliação e Perspectivas*, 1982.

FIORIN, José Luis. Considerações em torno do novo processo de avaliação. *Infocapes*. Boletim Informativo. Brasília: CAPES, Ministério da Educação e do Desporto, Vol. 6 N. 2: 33-36. Abril/junho 1998.

\_\_\_\_\_. Qualis. 22 de junho de 2005. *Publicações ANPOLL: retrospectiva e perspectivas*. Mesa-redonda. XX Encontro Nacional da ANPOLL. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística; Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, SP.

HORA, Dermeval da. Disponível em: < <http://anpoll.org.br/anpoll30anos/files/basic-html/page28.html> >. Acesso em: 29 maio 2015.

JOBIM, José Luis. Qualis e separação de áreas: problemas perspectivas. 24/06/2010. *XXV Encontro Nacional da ANPOLL*. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG. Disponível em: < <http://www.anpoll.org.br/revista/index.php/revista/article/viewFile/170/183> > Acesso em: 28 maio 2015.

*Seminário de Programas de Pós-graduação da Área de Letras e Linguística: identidades, convergências e perspectivas*, abril de 2013, PUC Minas. Disponível em: < <https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome->> Acesso em: 29 maio 2015.

VANDRESEN, Paulino. ANPOLL, 30 anos: os primeiros passos. In: MOURA, Heronildes et al.(Orgs.) *ANPOLL 30 anos*. Florianópolis: Insular, 2014.

ZILBERMAN, Regina. A área de Letras e os Documentos de Área [elaborados pelas Comissões de Avaliação]. 12 de junho de 2003 – Elementos para a elaboração do perfil da área. Sessão plenária. *XVIII Encontro Nacional da ANPOLL*. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística; Universidade Federal de Alagoas. Maceió, AL.

\_\_\_\_\_. Avaliar: sim ou não? *Boletim Informativo*. Brasília: CAPES; Ministério da Educação e do Desporto, v1, n.1, 19-22, Jul./Set. 1993.

Recebido em: 09 de julho de 2015.  
Aceito em: 31 de julho de 2015.